RESENHA DO LIVRO *HISTÓRIA SOCIAL DA CRIANÇA ABANDONADA*

Déa Fenelon

Grande parte do interesse pela temática da infância, da criança abandonada, dos meninos de rua e temas correlatos, nas últimas décadas, principalmente nos meios acadêmicos, onde inúmeras dissertações e teses têm sido produzidas, surge, naturalmente, como uma decorrência social da vontade de buscar soluções para o que se considera um problema social vergonhoso, e no qual tropeçamos a cada passo, a cada esquina e para cuja solução pouco se tem feito. Melhor dizendo, o desejo de enfrentar impasses, de tentar compreender o *como* e o *porquê*, através dos anos, no Brasil, chegamos a esta situação de completa incapacidade para resolver ou tentar sequer apresentar ou imaginar políticas globais e específicas para a área. A evidência é gritante com tantas milhares de crianças abandonadas, sem moradia certa, sem família, vivendo nas ruas, empurradas a todos os tipos de vícios, e sendo exploradas de todas as maneiras, até mesmo no trabalho infantil precoce, clandestino e semi-escravo, que as tira da escola, no campo e na cidade, em pequenos e grandes empreendimentos em todas as regiões do país.

Pensar, estudar, propor, alinhar medidas que fossem capazes de ultrapassar as denúncias emocionais e moralistas ou o assistencialismo e a caridade, ainda que reconheçamos venha daí a única ajuda que conseguem, é, na verdade, o interesse de muitos desses estudos e propostas. Medidas que contribuíssem para equacionar ou que apontassem para políticas de curto, médio e longo alcance, que aprofundassem o conhecimento até as raízes da questão, e não apenas tratassem os seus sintomas ou de retirar as crianças da rua para aprisioná-las em instituições/escolas de crime como FEBEM e outras. Há que reconhecer, e vale mais uma vez a denúncia, ser esta uma área criminosamente relegada a segundo e terceiro planos nas prioridades de seguidos governos. Paradoxalmente, esse tema

Déa Fenelon é professora doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Revisão de texto da autora.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

vem sendo tão cantado nas campanhas e propagandas políticas que estamos a ver e a ouvir, nos últimos tempos, como um contingente de suma importância para um país que diz estar vivendo, agora, o seu futuro de nação emergente e que tanto precisa e dependerá de sua população jovem. Será que podemos considerar todas estas milhares de crianças *errantes* como *sobrantes* e que ao final não contam ou não valem nada nos planos da globalização? De que população jovem estamos falando?

Acredito ter sido essa a sensibilidade histórica que inspirou a proposição de um projeto de pesquisa coletivo, com a participação de inúmeros pesquisadores e bolsistas estagiários, projeto também de natureza interdisciplinar – A Família e a Criança na História Social da População Brasileira – no Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina (CEDHAL), na Universidade de São Paulo, coordenado pela historiadora Maria Luiza Marcílio, do qual o livro aqui resenhado, de sua autoria, é um dos muitos produtos finais e chega a bom tempo de fornecer uma visão de síntese sobre a questão.

Segundo a autora, o livro

nasceu da vontade de mostrar a face marginal, discriminada e estigmatizada de nossa infância, constituída pelas crianças abandonadas e sem família, os órfãos de pais vivos. Conhecer a magnitude do problema, ao longo da história, os traços característicos desses desafortunados, seus destinos e as atitudes e os comportamentos de Estado, da Igreja e da sociedade ante os desamparados.

Quanto ao período abrangido pela obra ficou uma hesitação, que certamente se reflete na obra como um todo. Inicialmente da Colônia até os anos 30, do século XX, seriam os marcos, por reconhecer, não apenas a carência de estudos históricos sobre a Colônia, o Império e o início do século XX, mas também pelas dificuldades de localização das fontes, extremamente dispersas e sem qualquer sistematização nos arquivos locais, regionais e nacionais, públicos e privados, eclesiásticos e institucionais. Com todo o trabalho realizado no CEDHAL foi possível estender, em decisão posterior, a periodização e o fechamento do livro para meados do século XX. Ficou a promessa de se dedicar, posteriormente, em um outro trabalho mais sistemático com as fontes e demais materiais para este século e nova obra sobre o assunto. Não é preciso ressaltar que a pesquisa está mais evidenciada e mais sólida para os séculos XVIII e XIX e as reflexões da experiência, para os períodos posteriores, o que aliás não prejudica em nada a obra apresentada.

Importante é o depoimento registrado na Introdução de como o interesse acadêmico e intelectual pelo tema foi enriquecido e desafiado a novas investigações e novas direções até os problemas do presente pela passagem como assessora da Secretária de Estado da Família, Criança e Bem Estar, do Governo Mário Covas – Doutora Marta Terezinha Godinho. Na forma como é colocado serve para reforçar a idéia de que o compromisso entre interesses historiográficos e o convívio com a realidade das engrenagens e formas de ação e comportamento político-administrativos, atualizaram temáticas e direções de investigação e pesquisa, antes exclusivamente acadêmicas, dando-lhes a qualidade da sensibilidade social e da emoção do engajamento que o livro procura desvendar e acaba revelando a seus leitores, com riqueza de dados, detalhes e com extraordinária segurança nas análises.

Do meu ponto de vista, outro item da Introdução deve ser ressaltado. É reconhecida por todos, ou pelo menos por grande parte da comunidade acadêmica a relevância dos estudos quantitativos e qualitativos da Demografia Histórica e ninguém põe hoje, em dúvida, a importância das questões e das pistas levantadas pelos demógrafos aos pesquisadores e historiadores. Também a *História Nova* vem recebendo grande reconhecimento e incentivo com todas as suas contribuições às novas temáticas, à valorização de outras fontes e tantos materiais antes nem considerados pela historiografia tradicional. Sendo assim, considero que não há como negar a também grandiosa contribuição de outros trabalhos, que orientados nas premissas da História Social em geral e valorizando perspectivas de, no particular, reconhecer experiências, vivência e modos de vida de *outros sujeitos* em uma História vista a partir de outros ângulos e outros pontos de vista, ou perspectivas, vêm sistematicamente enriquecendo a historiografia social dos excluídos e dos *sobrantes*, principalmente na produção de dissertações e teses de pós-graduação e que não cabe aqui enumerar, mas que estão à disposição nos catálogos e bibliotecas de todos estes Cursos para quantos desejarem a elas terem acesso.

Aliás poder-se-ia comentar, de passagem, a estranheza de que muita desta produção continue ainda inédita ou que encontre grandes dificuldades para publicação em nome de serem seus autores muito jovens ou iniciantes na profissão, ou às vezes com as justificativas habituais e tradicionais de temáticas de pouco valor comercial.

O plano geral da obra está organizado em três partes – Europa, Brasil e Criança Abandonada. Na primeira e na segunda partes a autora apresenta uma estrutura narrativa baseando-se na bibliografia e nas pesquisas desenvolvidas ao longo do projeto, para, na terceira parte

sugerir algumas reflexões sobre questões suscitadas pelas pesquisas e pela temática.

A primeira divisão do livro – Europa – está arranjada em alguns capítulos gerais (6) com a finalidade principal de mostrar que atitudes, comportamentos, instituições, leis, experiências, políticas públicas de assistência e proteção à infância abandonada, ao longo de nossa história, não foram, afinal, invenções nacionais, mas traduções de modelos aperfeiçoados ou não, inicialmente apenas de Portugal e depois em outras partes da Europa, sobretudo Itália e França. Para concretizar esta análise a autora realizou uma rápida incursão pela historiografia da infância abandonada durante séculos de vida europeia. Percorrer este caminho em uma espécie de quadro ou antecedentes do que acontece depois, no Brasil, não deixa de ser tarefa inglória, pois acabou concluindo a empreitada com certo grau inevitável de superficialidade, desnecessária e desgastante para esta parte introdutória e que não parece condizer com a riqueza do trabalho de pesquisa posterior.

Na verdade muito da informação que aí está poderia ser usada mais tarde, ao longo do texto, quando se fizesse necessário esclarecer alguns pontos essenciais das questões discutidas em cada parte ou articulá-las no que significou de tradução, cópias de modelos, adaptações às necessidades locais e situações específicas da colônia e da metrópole ou da nação.

De qualquer maneira são opções de uma historiadora, louvando-se a discussão conceitual de categorias necessárias a qualquer trabalho desta natureza como: piedade e caridade, caridade pública e institucionalização do sistema de assistência, criança abandonada e filantropia, nas particularidades das diversas situações escolhidas. Discussão que buscando a historicidade dos conceitos traz contribuições importantes aos estudos posteriores da questão pela possibilidade de diálogo aberto.

O último capítulo desta primeira parte versa sobre o abandono de crianças em Portugal e realiza uma síntese das formas de assistência à infância abandonada, da situação das crianças expostas e da legislação em seu favor desde a Idade Média até o início do século xx, percorrendo e indicando a literatura existente sobre o assunto, bem como legislação e fontes.

Este é sem dúvida o capítulo mais importante desta parte pois são constantes as referências àquelas instituições portuguesas transportadas para a colônia. Conhecer suas origens e funcionamento na metrópole sempre esclarece algumas das tradições mais arraigadas em práticas usuais da histórias da assistência à criança abandonada no Brasil.

Neste ponto salienta-se o destaque dado à Irmandade da Misericórdia e ao Hospital de Todos os Santos, em Lisboa, que desde o século XVI

assumira o recolhimento e a criação dos expostos encontrados nas portas das igrejas ou pelas ruas da cidade. O disseminar de instituições congêneres por outras cidades portuguesas a partir dos séculos XVI e XVII tornava mais evidente o aumento do número de crianças abandonadas e indicava novas dimensões do crescimento da população urbana, com resultados dos descobrimentos marítimos, acentuando a contradição de riqueza e pobreza em um país que passava por grandes transformações políticas e também socioeconômicas.

No estudo dos Compromissos ou Regimentos da Misericórdia e da Mesa dos Enjeitado, nos séculos XVII e XVIII surgem questões a serem examinadas com mais detalhe. Além de cuidarem da assistência às crianças sem família, em instituições como a RODA e a CASADOS EXPOSTOS surge, de um lado, a preocupação com a educação e a proteção das meninas, maiores de 12 anos, – Casa de Recolhimento das Meninas – como instituição especial destinada a afastar as meninas da rua – o símbolo da perdição. De outro e em vista das dificuldades financeiras das Câmaras Municipais instauram-se medidas tendentes a estabelecer rendas, subsídios, legados provenientes do Rei e das pessoas pias dispostas à ajuda.

Além disto o sistema de amas de leite, com benefícios e regalias ampliando-se no decorrer dos séculos até ao ponto de abusos e fraudes, conforme documentadas denúncias examinadas. Alguns destes benefícios consistiram, por exemplo, em permitir às amas de leite que criassem gratuitamente os expostos, mantê-los como trabalhadores, sem pagamento depois de completarem sete anos de idade.

Resumindo, a assistência aos expostos, ou seja, as crianças deixadas nas Rodas da Misericórdia e do Hospital de Todos os Santos ou outras semelhantes em Portugal, era competência das autoridades locais, pelo menos até os séculos XVI e XVII. Depois as Câmaras Municipais, através de contratos, delegaram tais funções às instituições mencionadas, situação considerada normal até pelo menos as reformas do século XIX. A partir daí se instituiu um sistema do financiamento à maternidade e o sistema da RODA foi sendo extinto progressivamente, ainda que em alguns casos e regiões tenha existido até o século XX.

No Brasil, nos diz a autora, a proteção à criança abandonada começou com a colonização, conforme previsão das Ordenações do Reino: “Quando os pais ou os parentes não assumiam a responsabilidade por um filho, essa obrigação recaía sobre a Câmara Municipal, que devia encontrar os meios para criar a criança sem família”. Como sempre, esta era a letra da lei, na prática, “quase sempre houve omissão, negligência, falta de interesse ou de assistência às crianças expostas”.

Até meados do século XIX, no Brasil, prevaleceu para a questão uma fase denominada, pela autora, de *caritativa*. Tinha inspiração religiosa, de sentimentos de fraternidade humana com forte conteúdo paternalista tendente a preservar a ordem estabelecida, os bons costumes e comportamentos conformistas. Formalmente as Câmaras Municipais podiam, e assim o fizeram, delegar estes serviços especiais de prestação a instituições e confrarias como as da Misericórdia, que com o aval da Coroa criaram as RODAS, as CASAS dos expostos e também os RECOLHIMENTOS, para as meninas pobres e para as expostas, recebendo esporádicas ajudas financeiras do erário público, sendo relegados à piedade particular e às associações leigas. Um outro sistema da proteção à infância é também analisado e considerado até o mais universal e abrangente o *informal*, ou seja, aquele em que famílias ou indivíduos assumiam cuidar das crianças deixadas em suas portas ou em outros lugares. São os chamados *filhos de criação*, algumas vezes até perfilhadas ou adotados, sistema que atravessa toda a nossa história, ao longo dos séculos, e ainda perdura em nossos dias, em muitas regiões e ocasiões.

A segunda fase, que a autora chama de *filantropia*, situando-a de meados do século XIX a meados do século XX, assiste a transformações profundas que afetam de perto a maneira de tratar a questão, como, a abolição da escravatura e a chegada de levas de imigrantes, a proclamação da República com a separação da Igreja do Estado, a quebra de monopólio religioso da assistência social, e avanço da legislação pró-infância, o instituto legal da Adoção e a construção dos Direitos da Criança, as reformas Educacionais e tantas outras que certamente haveriam de mudar o panorama socioeconômico e as políticas sobre a infância abandonada.

Nesta fase e a partir de 1850 surgem os projetos e a criação dos Asilos de Educandos, em quase todas as capitais brasileiras, coerentes com as novas dimensões da filantropia e tentando esvaziar as medidas de política pública de seu caráter caritativo, para colocá-las a serviço do poder público. A força da política médico-higienista, depois de 1870, e também os novos ensinamentos jurídicos se aliam para reformular práticas tradicionais e arcaicas e tratá-las de maneira *científica*. Neste quadro somos lembrados de que até a designação de infância começa a mudar:

de um lado, o termo "criança" foi empregado para o filho de famílias bem postas. "Menor" tornou-se discriminativo da infância desfavorecida, delinqüente, carente, abandonada... a infância que vivia entre a vadiagem e gatunice, tornou-se, para os juristas, caso de polícia.

E as Rodas dos Expostos, recolhimentos de meninas e seminários de meninas, além de insuficientes já não correspondem às demandas e às exigências da nova sociedade liberal e vão sendo extintas ou morrendo à míngua de recursos.

Além dos Asilos de Educandos, outras instituições como Institutos de Menores Artesãos, de Menores Artífices, Casa dos Educandos Artífices, Colônias Agrícolas, Colônias Orfanológicas, espalhados por todo o Brasil vieram consagrar a fase da filantropia onde o lema era assistir para prevenir e preparar as crianças para o mundo de trabalho.

A criação do Departamento Nacional da Criança, em 1919, com a finalidade de coordenar todas as atividades no campo da assistência à mãe, à criança e ao adolescente foi considerada junto com a aprovação do Código de menores, em 1927, momento marcante na história da assistência à infância no Brasil.

No campo da legislação o Estatuto do Menor, de 1979, foi mais uma reformulação do antigo Código de 1927, sem grandes avanços a não ser na regulamentação minuciosa do processo de Adoção. Prevalceu a determinação da competência do Poder Público para criar os centros especializados “destinados à recepção, triagem e observação e à permanência dos menores”. Na prática, as conhecidas FEBEMs, que em muitos estados já existiam como instituições assistenciais e que por força da lei passaram ao âmbito do governo estadual e sua administração.

Por outro lado a pobreza urbana se acentuava ganhando visibilidade em seu aspecto mais assustador do crime e da violência nas grandes metrópoles, escapando ao controle do poder público. A partir da década de 1980 numerosos grupos defesa dos direitos da criança começam a surgir como a Pastoral do Menor, com o apoio da Igreja e inúmeras outras sobretudo com apoio de ONGs, que batalharam pela elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Analizando mais a fundo as fontes existentes para percorrer este longo percurso, que o livro exigiu, conclui-se que elas são mais numerosas do que se pensava, conforme reconhece a própria autora, admitindo que elas são todas produzidas pelas várias autoridades responsáveis, mordomos das Rodas dos Expostos, provedores das Santas Casas, médicos, juristas, presidentes de província, ministros do Império e da República, presidentes de Câmaras Municipais, legisladores em geral, vigários, bispos, clérigos, educadores, filantropos, etc.

A criança, sujeito e objeto de trabalho não fala – e não deixou um único registro. Ela surge, para nós, muda, sem sentimentos e sem vontade.

de próprias expressas..., trabalhou-se de forma indireta, sinuosa a partir de análises de conjunto e da visão do outro.

Ainda assim o levantamento minucioso das várias fases da assistência à infância, no Brasil, é sem dúvida a maior contribuição desta importante obra de Maria Marcílio, que servirá de orientação e roteiro para muitos pesquisadores na área e que certamente percorrerão atentamente suas páginas.

Concluindo, não quando diz da existência de um grande abismo entre as belas normas e intenções e a dura realidade da infância brasileira. No limiar do século XXI o desafio continua mais do que nunca colocado a todos.